

Saldo comercial tem 2 hipóteses

Para garantir uma negociação externa satisfatória os trunfos que o Governo dispõe são bastante questionáveis. Mas, as perspectivas no Ministério da Fazenda são de que em 1987 será possível alcançar resultados para garantir a segurança dos credores.

O custo do congelamento de preços, em 1986, debilitou as reservas cambiais; o aquecimento da economia reduziu as exportações. A conjugação desses dois fatores, queda de reservas — 12 bilhões de dólares no final de dezembro de 1985 que caíram para 5 bilhões no final de 1986 — e queda das exportações, agravados pela generalização da cobrança do ágio, que passou a pressionar a política de congelamento, estimulou as especulações, a partir de setembro, em favor de uma possível maxidesvalorização.

O resultado das especulações gerou a dramática queda das exportações. Em outubro o saldo registrou 210 milhões de dólares contra 804 milhões de setembro; em novembro caiu para 131 milhões e em dezembro a previsão é de 300 milhões, mas os exportadores prevêem que

será inferior a 200 milhões de dólares.

As perspectivas para o primeiro trimestre são ruins, porque nesse período as exportações de produtos agrícolas são insignificantes. Passado esse período, prevê-se recuperação. Mas, certamente, não será mais possível manter um saldo comercial médio de 1 bilhão de dólares ao mês, como ocorreu nos últimos dois anos.

O ministro da Fazenda está trabalhando com duas hipóteses para o superávit comercial. Uma prevê um saldo de 11 bilhões de dólares, a outra a de um saldo entre 6 e 8 bilhões. Os técnicos não descartam a possibilidade de concretizar a primeira. Seus argumentos: se foi possível obter, em 1986, um superávit próximo de 10 bilhões com uma economia superaquecida, será perfeitamente possível garantir saldo semelhante este ano, quando se espera um crescimento interno moderado entre 3 e 5 por cento.

Outro argumento de alguns economistas da assessoria econômica da Fazenda: não será possível transferir além de 6 bilhões de dólares para pagar os

juros, porque o País precisa investir no crescimento. Aos governadores, Fúnaro informou que o País fixará um percentual do Produto Interno Bruto como limite para pagar os juros e tentará obter dinheiro novo.

Na primeira hipótese, a negociação favorecerá os credores e poderá permitir, da parte deles, maior flexibilidade nas negociações, mas a segunda hipótese coloca em dúvida o sucesso da negociação. O PMDB, porém, prometeu ao Governo respaldo político e exigiu endurecimento. O partido adotou uma linguagem dura, identificando-se com a posição dos trabalhadores.

1987, porém, pode surpreender, pela avaliação do embaixador Marcílio Marques Moreira: os juros poderão cair ainda mais, o comércio internacional deverá crescer entre 3 e 3,5 por cento, o preço do barril de petróleo pode permanecer estável — ou aumentar dois dólares, no máximo, passando dos atuais 15 dólares para 17 ou 18 — e o preço das commodities tende a recuperar, ao mesmo tempo em que a safra agrícola brasileira deverá bater um recorde.